



**FUNDAÇÃO CULTURAL
CASSIANO RICARDO**

**FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO
CNPJ 45.395.704/0001-49**

Ata nº 012 – Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo – 02/12/2015

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, em segunda chamada, reuniu-se o Conselho Deliberativo, no Auditório Elmano Ferreira Veloso, localizado em sua sede, à Avenida Olívo Gomes, nº 100, Santana, São José dos Campos (SP), para Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo que contou com a pauta: 1) Informes COMPHAC. 2) Validação da proposta de Projeto de Lei do PMC. 3) Apresentação Anteprojeto de Lei – Alteração Regime Jurídico da FCCR. 4) Assuntos Gerais. Após verificação de quorum, o Presidente fez a abertura da reunião agradecendo pelas presenças e informando que havia uma solicitação de inversão de pauta que seria a definição entre fundação pública e fundação privada, frisando que tem sido matéria já tratada em reuniões anteriores e que no ano em curso contratou a consultoria do IBAM e que este entregaria alguns trabalhos a respeito da situação e assim, o primeiro deles é um projeto de lei que trata da alteração do regime jurídico da FCCR, ocasião em que frisou que havia mais três trabalhos a serem feitos pelo IBAM e que estava em curso o que tratava do organograma e estrutura da FCCR, o plano de cargos e salário e o último um estudo de impacto orçamentário. Prosseguindo, passou a palavra ao Assessor Jurídico da FCCR para discorrer sobre a matéria, ocasião em que o Dr. Valter Antonio de Souza, Assessor Jurídico, cumprimentou os Conselheiros e disse que o anteprojeto de lei ora apresentado no data show era de transformação da natureza jurídica da FCCR de fundação pública de direito privado para fundação pública de direito público, bem como de mudança do regime funcional dos empregados de celetista para estatutário efetivo, que é a recomendação adotada pelo Ministério Público e enviada à FCCR para realização das mudanças. Disse que a comissão de funcionários está acompanhando os trabalhos e fiscalizando tudo. Explicou que a origem da FCCR pela Lei nº 3050/85, foi uma lei autorizativa de criação, para que fosse criada por meio de escritura pública perante Cartório de Notas (3º Cartório-Tabelionato), tendo o seu estatuto social, aprovado por Decreto e registrado perante o Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica de São José dos Campos). Disse também que essa forma de criar é uma forma típica prevista no código civil já na época, de criar uma fundação privada, mas como a iniciativa era do poder público acabou enviando projeto de lei para a Câmara Municipal para autorizar a criação e depois realizou os procedimentos para fundação de direito privado previsto no código civil, mas entendida como fundação pública porque tem fiscalização do Tribunal de Contas, o orçamento aprovado e fiscalizado pela Câmara Municipal. Frisou que considerando tudo isso, o projeto, ora estudado e no momento, exibido aos Conselheiros, é voltado para essa mudança, dizendo que o IBAM estudou todos os documentos da FCCR e fez um parecer jurídico para embasar que a FCCR é considerada fundação pública de direito privado desde sua criação, mas que é possível transformar a natureza jurídica e o regime funcional dos empregados para adequar às recomendações do Tribunal de Contas e do Ministério Público. Disse ainda que os empregados celetistas serão transpostos para

Fundação Cultural Cassiano Ricardo

Centro Cultural Clemente Gomes

Avenida Olivo Gomes- 100 Santana CEP 12211-115

Caixa Postal 8055– São José dos Campos – SP – Tel. 12-3924 7300 Fax 12-3941 8577

e-mail: presidencia@fccr.sp.gov.br



**FUNDAÇÃO CULTURAL
CASSIANO RICARDO**

estatutários, o que no caso, seriam somente aqueles que fizeram a opção escrita, no prazo de 60 dias, após a publicação da lei aprovada pela Câmara. Disse que o Anteprojeto de Lei já prevê as situações de empregados que estarão impedidos de transposição, mesmo que fizeram a opção, como o caso dos já aposentados, mesmo que estejam trabalhando ainda na FCCR e os afastados pela previdência social. Por fim informou que os aposentados, bem como todos que não fizeram a transposição, mas que continuarem trabalhando na FCCR só sairão por iniciativa própria ou quando completarem 70 anos de idade, por imposição constitucional. Por isso não haverá transposição automática, ou seja o empregado tem que expressar, por escrito, que deseja fazer a transposição e que mesmo assim a FCCR deverá ter um parecer jurídico para cada caso, para verificar se não há algum tipo de impedimento legal. O Presidente indagou a todos se havia alguma dúvida, ocasião em que não houve. Prosseguindo com a pauta, o Presidente discorreu sobre a última reunião do COMPHAC do dia 17/11/2015, dizendo que houve três itens de pauta e que o primeiro era uma solicitação da Administração do Parque para tratar de uma alteração de container de alimentação e de banheiros que estavam previstos em uma verba do BID, explicando que um desses containeres é próximo ao Galpão Gaivota e o outro seria próximo ao SEMEA – Secretaria de Meio Ambiente e que foi pedido alteração para que sejam alocados próximo ao CEFE, frisando que estão preparando toda a papelada para que ocorra no ano que vem. Prosseguindo, disse que o outro item de pauta daquele órgão é que foi solicitado pelo COI um rebaixamento na guia, para que o veículo pudesse ficar exatamente em frente ao COI, não em frente à rua, mas no estacionamento dentro da calçada e assim, houve divergência e ainda não foi decidido porque entendia que se rebaixasse a guia, tiraria vaga de própria rua e dessa forma, foi encaminhado para que a própria pessoa responsável pelo COI viesse justificar e explicar melhor a ideia do rebaixamento. Continuando, disse que o terceiro item seria um informe que já tinha feito na última reunião, sobre a queda de muro. Prosseguindo, disse que passaria a próxima pauta do Conselho Deliberativo, que seria sobre o anteprojeto de lei do PMC – Plano Municipal de Cultura, assunto este já tratado em reuniões anteriores. Informou aos Conselheiros que o projeto de lei do SMC – Sistema Municipal de Cultura, que já foi passado pelo Conselho Deliberativo, já tinha sido protocolado na semana passada na Câmara Municipal. Prosseguindo, o Presidente disse que seria falado sobre o Plano Municipal de Cultura e passaria a palavra ao Sr. Sergio, Assessor Técnico do PMC, frisando ainda que no ano passado foi criada uma comissão que tinha a função de auxiliar na elaboração do Plano Municipal de Cultura e naquele momento, um grupo de pessoas com representantes do Conselho Deliberativo, citou os Conselheiros Salatiel e Gabriel, da Sociedade Civil e da FCCR, discutiram o plano de trabalho ao longo deste ano para chegar no que o Sr. Sergio apresentaria na presente reunião. Fez lembrar também que a Profª Simone Zárte foi quem auxiliou a FCCR no primeiro momento, chegando a apresentar o diagnóstico institucional, mas que por motivos pessoais ela não pode continuar e na sequência houve contato com o Sr. Sergio, frisando que o Sr. Sergio coordenou o grupo da Universidade Federal da Bahia e os municípios onde as pessoas estavam fazendo os exercícios dos Planos Municipais de Cultura e que foi desse

Fundação Cultural Cassiano Ricardo

Centro Cultural Clemente Gomes

Avenida Olivo Gomes- 100 Santana CEP 12211-115

Caixa Postal 8055– São José dos Campos – SP – Tel. 12-3924 7300 Fax 12-3941 8577

e-mail: presidencia@fccr.sp.gov.br



**FUNDAÇÃO CULTURAL
CASSIANO RICARDO**

momento que foi feito contato com o Sr. Sergio, dizendo ser uma sugestão do Sr. Vicente Cioffi, que a FCCR o contratou para dar continuidade ao PMC, fazer o diagnóstico cultural, que era reunir todas as informações, orientar as audiências que foram feitas e auxiliar no projeto de lei, e nesse período foi estabelecido um cronograma, do qual foi divulgado, tanto nos momentos de audiência quanto no site da FCCR e também na Conferência que ocorreu no CEFE, dizendo ser uma das etapas do plano e que logo após a Conferência, houve uma reunião da comissão que ajustou tudo aquilo que surgiu na Conferência. Ressaltou que do ponto de vista do cronograma a presente reunião seria uma apresentação e validação por parte do Conselho Deliberativo para que posteriormente fosse encaminhado à Prefeitura Municipal para que, dessa forma, a Prefeitura encaminhasse à Câmara Municipal. Prosseguindo, o Presidente passou a palavra ao Sr. Sergio que cumprimentou os Conselheiros dizendo que foi uma empreitada grande nos últimos dezoito meses, que a comissão foi organizada no início do 2º semestre de 2014 para frente e que esta teria previsto que o plano estaria pronto para ser apresentado ao Conselho, no máximo em um ano e seis meses e que em uma cidade do tamanho de SJCampos e com sua complexidade cultural não era uma tarefa fácil, até porque a equipe não estava voltada só para isso. Disse ainda que muitos municípios optam por fazer o plano nos seus gabinetes, mas que na FCCR, a proposta sempre foi outra, ou seja o DNA do sistema, da participação social que está na emenda constitucional no artigo 216, que estabelece o rito de participação social como eixo estruturante do sistema e que isso foi impactado desde o início, pois permearia não só o trabalho técnico, mas passaria por um processo de audiência e de conferência. O Sr. Sergio disse ainda que SJCampos tem uma condição muito especial com o sistema prestes a ser aprovado e com o plano que está sendo apresentado de se tornar uma importante referência para a ideia do Sistema Nacional de Cultura que começou a ser pensado em 2003, para ver quanto tempo chegaria ao município, que seja desenvolvido e passe pela Câmara, mas que o sistema é algo que vale a pena batalhar. Disse achar que a cidade terá, não só pela sua importância, mais por ser uma referência e mais uma e talvez uma das mais importantes referências, o da consolidação do sistema por conta dos marcos legais do processo participativo e do esforço que está se fazendo, isso também é uma coisa muito importante de se frisar e que para ele era motivo de comemoração ter feito parte desse processo. Prosseguindo, exibiu em multimídia o texto que foi aprovado pela Comissão de Organização do Plano Municipal de Cultura, comissão definida por meio da Portaria nº 076/P/2014, de 07 de agosto, ressaltou ter sido um grande desafio e que era, inclusive, pauta da reunião para que o Conselho observasse, pudesse fazer suas considerações, registrando que o texto foi encaminhado, antecipadamente, para que cada Conselheiro tivesse conhecimento. Prosseguindo, o Sr. Sergio disse que começou a Conferência Municipal de Cultura perguntando “Porque estamos aqui? Por que estamos discutindo isso?” Ressaltando que o texto começa no artigo 215 da Constituição e que o Estado garantirá o exercício dos direitos culturais mas como isso? É uma garantia constitucional, e como ela se regulamenta? Explicando que a realização disso surge com a ideia do Sistema Nacional de Cultura, com a proposição do Sistema Municipal de Cultura, que é absolutamente

Fundação Cultural Cassiano Ricardo

Centro Cultural Clemente Gomes

Avenida Olivo Gomes- 100 Santana CEP 12211-115

Caixa Postal 8055– São José dos Campos – SP – Tel. 12-3924 7300 Fax 12-3941 8577

e-mail: presidencia@fccr.sp.gov.br



**FUNDAÇÃO CULTURAL
CASSIANO RICARDO**

recente. Disse ainda que no mundo real, o Sistema Nacional seria implementado primeiro, depois o Plano Municipal de Cultura e depois viriam os outros componentes, mas dada à natureza inovadora e transformadora, foi sendo feito e o próprio governo foi aprendendo a fazer, na medida em que fazia. Enfim o Sr. Sergio foi explicando item a item, frisando que o plano, na Conferência, estava com 281 proposições, mas que depois da reestruturação estavam com 280 e explicaria como elas surgiram, ressaltando que o primeiro eixo foi fazer o levantamento e montar um “planilhão” para catalogar todas as demandas que já foram registradas. A segunda foi uma articulação política, assinatura do acordo de cooperação federativa de 2013, é o primeiro instrumento e mais importante, porque sem ele o município não oficializa o seu interesse em participar, porque ele é feito por adesão, e sem esse documento nada disso teria sido feito, então esse primeiro aspecto político foi fundamental e depois técnico no sentido de envolver a equipe da FCCR também na composição desses elementos participativos, chamando a sociedade civil em toda essa trajetória, desde os diálogos culturais, a estruturação da lei do Fundo, as participações para o Sistema e agora as audiências do plano e por fim sempre com a pergunta: O que desejamos que São José seja na área da cultura nos próximos dez anos? Disse que não é um hábito a área da cultura de planejar, mas esse é um esforço que já várias áreas da administração vêm enfrentando e que era fundamental que a área da cultura fizesse esse enfrentamento também, então aqui tem um pouco do resumo de como foi esse método ou os aspectos metodológicos. Disse que primeiro é o cumprimento do acordo de cooperação federativa, a criação dessa comissão organizadora que funcionou como um órgão colegiado com participação da sociedade civil para acompanhar o trabalho e validar a catalogação de todas essas demandas que se tinha registrado na FCCR, a adequação dos conceitos para a realidade local, na lei, os municípios organizarão as suas leis próprias e isso também significa se apropriar dos conceitos de acordo com a sua realidade local, então como é que a cultura é entendida, a cultura teatro em cada cidade é de um jeito, então não basta você dizer fazemos teatro, mais sim que tipo de teatro, que tipo de linguagem, que tipo de espaço, e essa discussão precisa ser feita para a construção desse processo, a realização de audiências públicas territoriais e o acompanhamento técnico da UFBA na primeira etapa que foi o processo que o Conselheiro Salatiel e o Vicente participaram, frisando que a segunda etapa com ele próprio e a Prof^ª Simone Zarati que auxiliou a Diretoria Executiva no processo de elaboração do diagnóstico Institucional, frisou que foi fundamental o registro dos documentos porque sem o registro seria impossível fazer todo esse levantamento. O Sr. Sergio fez todas as explicações e demonstrações da planilha referente ao Plano Municipal de Cultura, colocou-se à disposição para qualquer dúvida que ocorresse e em linhas gerais parabenizou a FCCR e todos os participantes direta ou indiretamente do processo. O Presidente indagou a todos se havia alguma dúvida, ocasião em que o Conselheiro Pedro Cândido parabenizou pelo trabalho, dizendo que estava muito bem feito e perguntou se haveria possibilidade de incluir alguma coisa ainda ou não, porque sentia falta da parte culinária. O Presidente disse que não havia possibilidade porque foram feitas várias reuniões abertas para as sugestões e que todos foram convidados para a

Fundação Cultural Cassiano Ricardo

Centro Cultural Clemente Gomes

Avenida Olivo Gomes- 100 Santana CEP 12211-115

Caixa Postal 8055– São José dos Campos – SP – Tel. 12-3924 7300 Fax 12-3941 8577

e-mail: presidencia@fccr.sp.gov.br



**FUNDAÇÃO CULTURAL
CASSIANO RICARDO**

Conferência, explicando ao Conselheiro que, conforme o cronograma, a pauta daquele dia era para validar a proposta. O Sr. Sergio explicou que a questão da gastronomia não estava expressamente colocada porque não surgiu em nenhum momento como uma ação específica, mas que estava contemplada na meta sobre economia criativa que é um entendimento citado no plano de economia criativa do MINK onde prevê a gastronomia como uma manifestação funcional da economia criativa. Prosseguindo, o Conselheiro Adilson colocou que além do que o Conselheiro Pedro havia falado, também nas metas, estavam algumas delas como ações do folclore, citou como exemplo, o Revelando São Paulo Vale do Paraíba, a Festa do Mineiro e que isso, no processo, segue-se da contribuição da comunidade. O Presidente citou outro exemplo como o João Deitado de São Francisco Xavier, seguida da indagação se havia mais alguma questão e/ou dúvidas. O Conselheiro Salatiel elogiou e parabenizou o trabalho do Sergio e de todos os envolvidos, principalmente a FCCR que acreditou no Sistema Nacional de Cultura e que ratificou e deu início ao processo do Fundo Municipal de Cultura, frisando que no início, muitos achavam que era pouco e, neste momento, completa mais um grande trabalho com a realização do Plano. O Conselheiro Adilson registrou destacar e parabenizar o processo, dizendo que foi muito bacana, principalmente na parte da metodologia, dizendo que foi fundamental esse conceito. Disse ainda que gostaria de sugerir ao Conselho que acompanhasse o processo e quando este estivesse para aprovação, na Câmara Municipal, que o Conselho se fizesse presente de alguma forma para defender e ajudar na aprovação, tendo em vista que a participação da sociedade é muito importante. O Conselheiro Salatiel disse que complementando o que o Conselheiro Adilson disse, ressaltou que o Conselho não tem muitas informações em nível de Legislativo e sugeriu que a FCCR encaminhe um e-mail para todos os Conselheiros informando quando será a sessão. Prosseguindo e sanadas todas as dúvidas, o Presidente indagou se havia mais alguma questão referente ao plano, como não houve, indagou se alguém era contra a validação do plano, se alguém se abstinha, como não houve manifestação, o PMC – Plano Municipal de Cultura foi aprovado por unanimidade, ocasião em que agradeceu, por mais uma vez, ao Sr. Sergio. Prosseguindo, o Presidente disse que o Sr. Vicente Cioffi fez lembrar que encaminharia todo o processo para conhecimento de todo o Conselho e que de alguma forma grande parte do que foi apresentado já está no site. Prosseguindo, com outro item de pauta, ou seja, Assuntos Gerais, o Presidente informou que havia uma sacola para cada Conselheiro, contendo dois convites e que um deles era para o lançamento do livro Guido Pessotti junto com um exemplar do livro e que o outro convite era para a apresentação de um novo site do programa pró-memória que seria apresentado na Câmara Municipal em parceria com a Univap. Informou também que em 18 de dezembro, na ADC Embraer, a FCCR faria a festa de confraternização dos funcionários e fez convite a todos. A Conselheira Leila Lima agradeceu a todos e parabenizou pelo trabalho do ano todo e perguntou como estava a situação do Teatro Municipal, ocasião em que o Presidente disse da necessidade de fazer uma saída de emergência e que já estava praticamente pronta, ressaltando que a Prefeitura havia contratado a URBAM para fazer a obra e que após o término, para o bombeiro emitir o AVCB é necessário uma documentação da parte

Fundação Cultural Cassiano Ricardo

Centro Cultural Clemente Gomes

Avenida Olivo Gomes- 100 Santana CEP 12211-115

Caixa Postal 8055– São José dos Campos – SP – Tel. 12-3924 7300 Fax 12-3941 8577

e-mail: presidencia@fccr.sp.gov.br



**FUNDAÇÃO CULTURAL
CASSIANO RICARDO**

elétrica é também necessário uma especial que se aplique produto antichamas nas laterais e nas cortinas e que a FCCR estava fazendo todo o possível para agilizar. O Presidente informou que o calendário das reuniões ordinárias do ano seguinte, seria apresentado na primeira reunião do ano, pois dependida da aprovação das contas do ano de 2015, e talvez ocorresse no mês de fevereiro, tendo em vista a liberação de material da Prefeitura. Informou também que a lei do Fundo Municipal de Cultura diz que ao final do ano, a FCCR tem que fazer uma audiência pública para tratar do plano de aplicação de recursos do ano seguinte e que a audiência esta marcada para o dia 07 de dezembro, no Museu Municipal, frisando que nesse dia seria feito um relato de tudo o que aconteceu no FMC e que colheria sugestões para o Conselho Gestor. Convidou também os presentes para palestra com o tema Experiências em Museologia Social com o Prof. Mario Chagas, dia 10 de dezembro no Museu Municipal, às 09h00. A Conselheira Mônica, solicitou reforçar a parceria da educação com a cultura e como coordenadora, disse ser um movimento interessante, ocasião em parabenizou a FCCR pela energia positiva, dizendo que em São José dos Campos respira-se cultura em todo lugar, mas que se puder estar inserido no plano de trabalho para utilizar os professores da jornada e fazer um encontro a cada dois meses ou uma vez ao mês, frisando que são professores que precisam dessa aproximação, desse contato com a cultura. O Conselheiro Lucas, representante do Corpo Discente Nível Superior, os convidou para um evento na Faculdade Bilac, dia 10 de dezembro, com exposição dos trabalhos dos alunos do curso de logística, dizendo ser a segunda edição do “café com logística”, das 08h00 às 10h00 e das 19h00 às 21h00. Prosseguindo, o Presidente disse que a FCCR estava discutindo com o CEPHAS para fornecer cursos na área da cultura e que teria início o curso de Assistente de Produção Cultural. O Conselheiro Diácono Sávio desejou um Feliz Natal e Feliz Ano Novo a todos. O Sr. Vicente Cioffi, em nome da Diretoria, também desejou Feliz Natal e Feliz Ano Novo a todos. Finalizando a reunião, o Presidente indagou se havia algo mais a registrar, como não houve, deu-se por encerrada a reunião e, eu, Julia de Castro Silva Ivo, lavrei a presente.

Alcemir Palma

Presidente do Conselho Deliberativo

Julia de Castro Silva Ivo

Secretária do Conselho Deliberativo

Fundação Cultural Cassiano Ricardo

Centro Cultural Clemente Gomes

Avenida Olivo Gomes- 100 Santana CEP 12211-115

Caixa Postal 8055– São José dos Campos – SP – Tel. 12-3924 7300 Fax 12-3941 8577

e-mail: presidencia@fccr.sp.gov.br